

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Leste S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Leste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Leste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Leste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Leste S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de abril de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	18
6. IMOBILIZADO.....	19
7. INTANGÍVEL.....	20
8. FORNECEDORES.....	21
9. PROVISÕES	21
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
12. RECEITA	23
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	24
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS	24
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	25
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	30
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	33
20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO	37
TERMO DE RESPONSABILIDADE	39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

A Cemig Geração Leste S.A. possui seis usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 33,74 MW (não auditado).

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH TRONQUEIRAS	8,5	3,39	PCH	1955	10/12/2046
PCH DONA RITA	2,41	1,03	PCH	1959	22/07/2050
PCH NEBLINA	6,47	4,66	PCH	1948	23/04/2047
PCH PETI	9,4	6,18	PCH	1946	06/01/2053
PCH ERVALIA	6,97	3,19	PCH	1999	23/04/2047

Garantia Física Realizada e Esperada (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028
PCH TRONQUEIRAS	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39
PCH DONA RITA	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03
PCH NEBLINA	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66
PCH PETI	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18
PCH ERVALIA	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/01/2025	Preço no ACR em 01/01/2025	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH TRONQUEIRAS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$9.132 mil	(1)
PCH DONA RITA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$3.280 mil	(1)
PCH NEBLINA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$10.532 mil	(1)
PCH PETI	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$12.657 mil	(1)
PCH ERVALIA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$8.846 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2025, atualização dos custos de transmissão em 06/2025, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa altera faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD.

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2025 inciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição,

aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Leste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 42.191 mil, desse montante destaca-se a construção de nova barragem da usina Peti.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$ 35.871 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$ 32.566 mil em 2024, um aumento de 10,15% devido, principalmente, ao aumento dos custos e despesas operacionais.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação

Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2025 foi de R\$ 59.008 mil, comparada a R\$ 58.782 mil em 2024.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e Despesas

Os custos foram de R\$ 19.461 mil em 2025 (R\$ 20.219 mil em 2024), dos quais R\$ 6.331 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$ 6.821 mil em 2024) e R\$ 13.130 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$ 13.348 mil em 2024). Os principais gastos referem-se a serviços de terceiros, no montante de R\$ 8.792 mil (R\$ 8.275 mil em 2024), e encargos de distribuição, no montante de R\$ 6.038 mil (R\$ 6.051 mil em 2024).

Esta última despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração e distribuição de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.772 mil (R\$ 2.734 mil em 2024) referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado societário de R\$ 44.613 mil (R\$44.006 mil em 2024) antes dos efeitos fiscais, representando 8,45% (6,21% em 2024) de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2025 e 2024. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 71,23% em 2025 (69,38% em 2024).

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Regulatório	35.871	32.566	10
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	3.772	2.734	38
Resultado Financeiro	(5.267)	(2.222)	137
Amortização e Depreciação	3.971	3.867	3
LAJIDA ⁽¹⁾	38.347	36.945	4

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas

Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$ 40.841, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.042 para constituição de reserva legal;
- R\$19.400 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.399 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;

- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Leste é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	711	10.241
Investimentos temporários	4	7.027	16.311
Consumidores e revendedores	5	4.600	4.774
Serviços em curso		830	1
Tributos compensáveis		781	31
Outros ativos		4	19
		13.953	31.377
Bens destinados à alienação		-	2.124
TOTAL DO CIRCULANTE		13.953	33.501
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	6.140
Tributos compensáveis		489	411
Imobilizado	6	71.069	29.299
Intangível	7	65.980	69.052
Direito de uso		93	197
Outros ativos		71	232
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		137.702	105.331
ATIVO TOTAL		151.655	138.832

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	8.685	7.053
Encargos setoriais		861	92
Impostos, taxas e contribuições	10	1.140	1.029
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	846	439
Dividendos a pagar	11	19.400	19.605
Convênio de compartilhamento	17	270	216
Passivo de arrendamento		45	119
Outros passivos circulantes		84	-
TOTAL DO CIRCULANTE		31.331	28.553
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		418	944
Impostos, taxas e contribuições		1.463	1.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.132	1.287
Passivo de arrendamento		63	94
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	12
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.088	3.577
TOTAL DO PASSIVO		34.419	32.130
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		100.569	100.569
Reservas de lucros		16.667	6.133
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.236	106.702
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		151.655	138.832

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA BRUTA	12	59.008	58.782
Fornecimento de energia elétrica		12.355	15.354
Suprimento de energia elétrica		45.566	42.953
Energia elétrica de curto prazo		1.087	457
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	18
TRIBUTOS	12	(4.431)	(4.869)
PIS/Pasep		(402)	(401)
Cofins		(1.858)	(1.849)
ICMS		(2.171)	(2.619)
ENCARGOS – PARCELA “A”	12	(740)	(666)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(539)	(532)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(201)	(134)
RECEITA LÍQUIDA	12	53.837	53.247
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	13	(6.331)	(6.821)
Energia elétrica comprada para revenda		(293)	(770)
Encargos de uso da rede de distribuição		(6.038)	(6.051)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		47.506	46.426
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	14	(13.130)	(13.348)
Pessoal e administradores		(501)	(698)
Materiais		(767)	(205)
Serviços de terceiros		(8.792)	(8.275)
Depreciação e amortização		(3.841)	(3.854)
Amortização do direito de uso		(130)	(13)
Outros custos operacionais		901	(303)
RESULTADO DA ATIVIDADE		34.376	33.078
Resultado financeiro	15	5.267	2.222
Receitas financeiras		5.395	2.320
Despesas financeiras		(128)	(98)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		39.643	35.300
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(3.772)	(2.734)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		35.871	32.566

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	35.871	32.566
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	35.871	32.566

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	100.569	-	(26.476)	74.093
Retorno de dividendos para programa de investimentos		19.648		19.648
Resultado do exercício	-	-	32.566	32.566
Reserva legal	-	2.062	(2.062)	-
Reserva de retenção de lucros	-	10.899	(10.899)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.605)	(19.605)
Absorção de prejuízos regulatórios		(26.476)	26.476	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	100.569	6.133	-	106.702
Aprovação de dividendos adicionais propostos		(5.937)		(5.937)
Resultado do exercício	-	-	35.871	35.871
Reserva legal	-	2.042	(2.042)	-
Reserva de retenção de lucros	-	19.399	(19.399)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.400)	(19.400)
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(4.970)	4.970	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	100.569	16.667	-	117.236

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	35.871	32.566
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 16)	3.772	2.734
Depreciação e amortização (Nota 14)	3.841	3.854
Amortização do direito de uso (Nota 14)	130	13
Juros passivo de arrendamento	12	7
Juros e variações monetárias (Nota 15)	(5.332)	(1.993)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(18)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	2.292	-
Baixa de imobilizado e intangível	29.423	-
	70.009	37.163
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	174	343
Serviços em curso	(829)	(1)
Tributos compensáveis	(1.995)	(408)
Outros ativos	(1.888)	(53)
	(4.538)	(119)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	1.648	4.204
Impostos, taxas e contribuições (Nota 10)	334	572
Encargos setoriais	(243)	246
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	54	(82)
Outras obrigações	164	60
	1.957	5.000
Caixa gerado nas atividades operacionais	67.428	42.044
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(2.353)	(2.141)
Juros recebidos (Nota 4)	5.268	1.333
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	70.343	41.236
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(54.153)	(44.467)
Resgates de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	69.612	27.647
Imobilizado (Nota 6)	(69.576)	(15.903)
Intangível (Nota 7)	(71)	(711)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(54.188)	(33.434)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	(25.542)	-
Arrendamentos pagos	(143)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(25.685)	(11)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.530)	7.791
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.241	2.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	711	10.241
	(9.530)	7.791

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30 de setembro de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da PCH Sinceridade para a Âmbra Energia. Em outubro de 2025 foi concluída a alienação, mais detalhes na nota explicativa nº 20.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 33,74 MW de potência instalada e 18,29 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2023. Os 30% restantes da garantia física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, executa os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 13 de abril 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Consumidores e Revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).
- Nota 20 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela

outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

c) Receita

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias		-		57	355
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	-	-	2.623
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,42% a 11,65%	654	7.263
TOTAL				711	10.241

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024	
	2025	2024			
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	6.131	12.749
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	808	3.304
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	TR + 1% a 118,69% CDI	87	228
Fundos vinculados	-	-	-	-	30
				7.026	16.311
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	-	-	6.140
				-	6.140
TOTAL				7.026	22.421

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos		Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 91 Dias	Mais de 361 Dias	2025	2024
Fornecimento Industrial	-	342	-	-	342	942
Suprimento a Outras Concessionárias	-	3.844	-	1	3.845	3.760
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	217	181	15	-	413	73
Total	217	4.367	15	1	4.600	4.774

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor	Custo	Depreciação acumulada	Valor
Em serviço		14.268	(3.116)	11.152	14.198	(2.493)	11.705
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,8	874	(115)	759	531	(86)	445
Reservatórios, barragens e adutoras	3,52	2.391	(408)	1.983	2.391	(320)	2.071
Máquinas e equipamentos	4,28	11.003	(2.593)	8.410	11.276	(2.087)	9.189
Em curso		59.917	-	59.917	17.594	-	17.594
Total	3,60	74.185	(3.116)	71.069	31.792	(2.493)	29.299

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	2.391	-	(408)	1.983	2.071
Máquinas e equipamentos	11.276	581	11.857	581	(2.593)	9.264	9.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	531	361	892	361	(115)	777	445
Subtotal	14.198	942	15.140	942	(3.116)	12.024	11.705

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	91	2.867	(22)	(581)	2.355	2.286	-	2.355	91
Reservatórios, barragens e adutoras	12.555	42.990	-	-	55.545	42.990	-	55.545	12.555
Outros	4.948	22.644	(26.086)	(361)	1.145	(3.803)	-	1.145	4.948
Subtotal	17.594	68.501	(26.108)	(942)	59.045	41.473	-	59.045	17.594
Total do ativo Imobilizado	31.792	68.501	(26.108)	-	74.185	42.415	(3.116)	71.069	29.299

(1) As aquisições se referem, principalmente, à construção da nova barragem da usina Peti, contemplando obras, serviços de agronomia, arquitetura e geologia, serviços de engenharia e aquisição de materiais.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	5.130	37.860	42.990
Edificações, obras civis e benfeitorias	70	-	70
Máquinas e equipamentos	724	565	1.289
Outros	16	87	103
Adiantamento a fornecedor	24.049		24.049
Total das adições	29.989	38.512	68.501

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2025 é de 3,60% (4,25% em 2024).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	2025			2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	95.430	(30.161)	65.269	95.803	(27.462)	68.341
Bonificação pela Outorga	95.264	(30.129)	65.135	95.636	(27.438)	68.198
Extensão da concessão	153	(23)	130	154	(18)	136
Outros	13	(9)	4	13	(6)	7
Em curso	711	-	711	711	-	711
Total do Ativo Intangível	96.141	(30.161)	65.980	96.514	(27.462)	69.052

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas (A)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	95.803	(373)	95.430	(372)	(30.161)	65.269	68.341
Bonificação pela Outorga	95.636	(372)	95.264	(1)	(30.129)	65.135	68.198
Extensão da concessão	154	(1)	153	-	(23)	130	136
Outros	13	-	13	-	(9)	4	7
Em curso	711		711	(373)	-	711	711
Total do Ativo Intangível	96.514	(373)	96.141	-	(30.161)	65.980	69.052

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervália	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	494	725
Materiais e Serviços ⁽¹⁾	8.191	6.328
TOTAL	8.685	7.053

⁽¹⁾ Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs. Destaca-se a construção da nova barragem da PCH Peti, em substituição a barragem atual, responsável pela variação observada na rubrica.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

O passivo contingente, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas seguintes ações:

- Responsabilidade civil, no montante de R\$2.476 (R\$598 em 31 de dezembro 2024), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação de residências, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, em Minas Gerais, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara. Apesar da reavaliação da probabilidade de perda de remota para possível, de processos com discussão semelhante, não houve em 2025 decisões relevantes nos andamentos processuais. Todos os processos desse agrupamento encontram-se em fase introdutória.
- Ambientais, no montante de R\$13 (R\$12 em 31 de dezembro de 2024), a qual discute suposta ausência de autorização ambiental de funcionamento. Em 2025, não houve eventos relevantes no andamento processual, mantendo-se em fase introdutória.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	106	239
COFINS	130	129
PASEP	28	28
INSS	394	280
ISSQN	426	298
Outros	56	54
	1.140	1.028
Não circulante		
COFINS	1.196	1.014
PASEP	267	227
	1.463	1.240
TOTAL	2.603	2.269

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2025	2024
Reserva legal	2.042	2.062
Aprovação (Dividendos adicionais propostos)	(5.937)	-
Reserva de retenção de lucros	19.399	30.547
Absorção de prejuízos regulatórios	(4.970)	(26.476)
	16.667	6.133

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.042 de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício societário ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva para investimentos

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva para investimentos, parcela do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$19.399 em 2025. Os investimentos serão na Barragem Peti e adequação Cap. Vertente PCH Neblina.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido Societário do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	40.841	41.272
Reserva legal constituída	(2.042)	(2.063)
	38.799	39.209
Dividendos obrigatórios (50%)	19.400	19.605
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	19.400	19.605
Total	19.400	19.605

d) Destinação do Resultado Societário de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$ 40.841 , seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.042 para constituição de reserva legal;
- R\$19.400 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.399 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.605
Proposta de dividendos intercalares	5.937
Pagamento de dividendos	(25.542)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	19.400
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.400

12. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	11.883	14.412
Fornecimento não faturado - Industrial	472	942
Transações com energia na CCEE	1.087	457
Suprimento cotas - Geração própria	46.560	43.908
Suprimento não faturado (cotas) - Geração própria	(994)	(955)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	18
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	59.008	58.782
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.171)	(5.535)
	53.837	53.247

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento industrial	5	4	34.946	38.210	9.259	14.412
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	942
Suprimento faturado (1)	88	83	94.697	104.126	42.686	43.908
Suprimento não faturado	-	-	-	-	-	(955)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	-	457
Total	93	87	129.643	142.336	51.945	58.764

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.171	2.619
Cofins	1.858	1.849
PIS/Pasep	402	401
	4.431	4.869
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	151	149
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	215	213
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	108	106
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	201	134
CDE sobre P&D	65	64
	740	666
Total	5.171	5.535

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	293	770
Encargos de uso da rede básica de distribuição	6.038	6.051
	6.331	6.821

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	501	698
Materiais	767	205
Serviços de terceiros (b)	8.792	8.275
Depreciação e amortização	3.971	3.867
Outros custos e despesas operacionais líquidos	(901)	303
	13.130	13.348

a) Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	462	651

	2025	2024
	462	651
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	29	35
Participação nos resultados	7	8
Benefícios dos administradores	3	4
	39	47
TOTAL	501	698

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Convênio de compartilhamento - O&M	1.699	1.584
Manutenção, conservação e instalações	5.325	5.053
Vigilância	164	160
Conservação e limpeza de prédios	21	15
Meio ambiente	1.173	1.151
Tecnologia da informação	161	181
Auditoria externa	38	36
Outros	211	95
TOTAL ⁽¹⁾	8.792	8.275

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº17.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	5.338	2.285
Outras	57	35
	5.395	2.320
Despesas Financeiras		
Outras Variações Monetárias	(95)	(84)
Juros Passivo de Arrendamento	(12)	(7)
Outras	(21)	(7)
	(128)	(98)
Resultado financeiro	5.267	2.222

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	(553)	225
Contribuição Social	1.399	214
TOTAL	846	439

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	734	861
Contribuição Social	398	426
TOTAL	1.132	1.287

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	59.391	59.391
ICMS ST	(83)	(83)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.745	7.117
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	6.221	6.221
Outras Receitas Financeiras	55	55
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(25)	(25)
Base de Cálculo Lucro Presumido	10.996	13.368
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.649	1.203
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	1.076	
IR e CS - Lucro Presumido	2.725	1.203
Rendas Aplicações não resgatadas	(883)	(883)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas Ano 2025	(221)	(79)
LUCRO PRESUMIDO -		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	4.702	4.702
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	376	563
Alíquota	-	-
IR e CS - Lucro Presumido	94	51
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	(5)	(5)
Percentual de Presunção	-	-
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	(1)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
Corrente	2.725	1.203
Diferido	(128)	(28)

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	58.734	58.734
ICMS ST	(86)	(86)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.692	7.038
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.405	1.405
Outras Receitas Financeiras	36	36
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(21)	(21)
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.111	8.457
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	917	761
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	587	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.504	761
Rendas Aplicações não resgatadas	879	879
Alíquota	25%	9%

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas Ano 2024	220	79
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	5.510	5.510
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	441	661
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	110	60
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	-	-
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
Corrente	1.504	761
Diferido	330	139

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	301	-	-	3.812	3.560	(25)	(21)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	200	431	-	-	(3.227)	(3.057)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	270	216	-	-	(665)	(764)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.955	1.045	-	-	(1.825)	(2.086)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.400	19.648	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.400. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	654	7.263	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.026	16.281	-	-	70	944	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	6.140	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	27	35
Participação nos resultados	12	11
Previdência privada	2	4
Total	41	50

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025	2024	Valor contábil	Valor justo
		Valor contábil	Valor justo		
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		4.600	4.600	4.774	4.774
		4.600	4.600	4.774	4.774
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	654	654	7.264	7.264
Investimentos temporários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.131	6.131	18.889	18.889
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	808	808	3.304	3.304
Debêntures	2	87	87	228	228
		7.680	7.680	29.685	29.685
		12.280	12.280	34.459	34.459
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(8.685)	(8.685)	(7.053)	(7.053)
Passivo de arrendamentos		(108)	(108)	(211)	(211)
		(8.793)	(8.793)	(7.264)	(7.264)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de

avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento*	14	14	32	26	98	184
Fornecedores	8.685	-	-	-	-	8.685
TOTAL	8.699	14	32	26	98	8.869

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		711	-	711	10.241	-	10.241
Investimentos temporários	19.2	7.027	(1)	7.026	16.311	(30)	16.28
Consumidores e revendedores		4.600	-	4.600	4.774	-	4.774
Serviços em curso	19.3	830	(830)	-	1	(1)	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	19.250	19.250	-	18.787	18.787
Tributos compensáveis		781	-	781	31	-	31
Outros créditos	19.2	4	1	5	19	31	50
TOTAL DO CIRCULANTE		13.953	18.420	32.373	31.377	18.787	50.164
Bens destinados à alienação	19.4		-	-	1.344	(1.344)	-
Ativo não circulante mantido para venda	19.4	-	-	-	780	4.428	5.208
TOTAL DO CIRCULANTE		13.953	18.420	32.373	33.501	21.871	55.372
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	6.140	-	6.140
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	124.070	124.070	-	119.613	119.613
Tributos compensáveis		489	-	489	411	-	411
Imobilizado		71.069	-	71.069	29.299	-	29.299
Intangível	19.1	65.980	(65.064)	916	69.052	(68.199)	853
Direito de uso		93	-	93	197	-	197
Outros créditos		71	-	71	232	-	232
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		137.702	59.006	196.708	105.331	51.414	156.745
ATIVO TOTAL		151.655	77.426	229.081	138.832	73.285	212.117

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		8.685	-	8.685	7.053	-	7.053
Encargos setoriais	19.3	861	(830)	31	92	(1)	91
Impostos, taxas e contribuições		1.140	-	1.140	1.029	-	1.029
Imposto de renda e contribuição social a recolher		846	-	846	439	-	439
Dividendos		19.400	-	19.400	19.605	-	19.605
Convênio de compartilhamento		270	-	270	216	-	216
Passivo de arrendamentos		45	-	45	119	-	119
Outras obrigações		84	-	84	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		31.331	(830)	30.501	28.553	(1)	28.552
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		418	-	418	944	-	944
Impostos, taxas e contribuições		1.463	-	1.463	1.240	-	1.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.132	-	1.132	1.287	-	1.287
Passivo de arrendamentos		63	-	63	94	-	94
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	-	12	12	-	12
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.088	-	3.088	3.577	-	3.577
TOTAL DO PASSIVO		34.419	(830)	33.589	32.130	(1)	32.129
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		100.569	-	100.569	100.569	-	100.569
Reservas de lucros	19.1	16.667	78.256	94.923	6.133	73.286	79.419
Lucros (Prejuízos) Acumulados		-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.236	78.256	195.492	106.702	73.286	179.988
PASSIVO TOTAL		151.655	77.426	229.081	138.832	73.285	212.117

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		59.008	5.086	64.094	58.782	5.481	64.263
Fornecimento de energia elétrica		12.355	-	12.355	15.354	-	15.354
Suprimento de energia elétrica		45.566	-	45.566	42.953	-	42.953
Energia elétrica de curto prazo		1.087	-	1.087	457	-	457
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(20.564)	(20.564)	-	(19.674)	(19.674)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	25.650	25.650	-	25.155	25.155
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	18	-	18
TRIBUTOS		(4.431)	-	(4.431)	(4.869)	-	(4.869)
PIS/Pasep		(402)	-	(402)	(401)	-	(401)
Cofins		(1.858)	-	(1.858)	(1.849)	-	(1.849)
ICMS		(2.171)	-	(2.171)	(2.619)	-	(2.619)
ENCARGOS		(740)	-	(740)	(666)	-	(666)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(539)	-	(539)	(532)	-	(532)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(201)	-	(201)	(134)	-	(134)

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA LÍQUIDA	53.837	5.086	58.923	53.247	5.481	58.728
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	(6.331)	-	(6.331)	(6.821)	-	(6.821)
Encargos de uso da rede de distribuição	(293)	-	(293)	(770)	-	(770)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.038)	-	(6.038)	(6.051)	-	(6.051)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	47.506	5.086	52.592	46.426	5.481	51.907
CUSTOS GERENCIÁVEIS	(13.130)	(116)	(13.246)	(13.348)	3.225	(10.123)
Pessoal e administradores	(501)	-	(501)	(698)	-	(698)
Materiais	(767)	-	(767)	(205)	-	(205)
Serviços de terceiros	(8.792)	-	(8.792)	(8.275)	-	(8.275)
Depreciação e amortização	19.1 (3.841)	3.210	(631)	(3.854)	3.225	(629)
Amortização direito de uso	(130)	-	(130)	(13)	-	(13)
Outros custos operacionais	901	(3.326)	(2.425)	(303)	-	(303)
RESULTADO DA ATIVIDADE	34.376	4.970	39.346	33.078	8.706	41.784
Resultado financeiro	5.267	-	5.267	2.222	-	2.222
Receitas financeiras	5.395	-	5.395	2.320	-	2.320
Despesas financeiras	(128)	-	(128)	(98)	-	(98)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	39.643	4.970	44.613	35.300	8.706	44.006
Despesa com tributos sobre o lucro	(3.772)	-	(3.772)	(2.734)	-	(2.734)
Resultado líquido	35.871	4.970	40.841	32.566	8.706	41.272

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	195.492	179.988
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(2.634)	(2.634)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(75.618)	(70.648)
Patrimônio líquido regulatório	117.240	106.706

e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	40.841	41.272
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(5.086)	(5.481)
Amortização - Ativo intangível	(3.210)	(3.225)
Provisão pra redução ao valor recuperável	3.326	-
Total dos ajustes de práticas contábeis	(4.970)	(8.706)
Lucro líquido regulatório	35.871	32.566

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

19.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores são apresentados como parte do saldo de ativos classificados como mantidos para venda.

20. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs, sendo uma 1 PCH da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$3 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Sinceridade, pertencente à Cemig Geração Leste, para a empresa vencedora Âmbor Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

A movimentação do ativo imobilizado e do ativo financeiro mantidos para venda segue abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas e alienações (A)	Valor Bruto em 31/12/2025
Em serviço	871	(871)	-
Obras civis, benfeitorias e edificações	17	(17)	-
Máquinas e equipamentos	854	(854)	-
Em curso	49	(49)	-
Total	920	(920)	-

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições(A)	Baixas e alienações (B)	Valor Bruto em 31/12/2025
Ativo financeiro				-
Bonificação pela outorga	2.124	-	(2.124)	-
Total	2.124	-	(2.124)	-

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconhecer os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de transferência	3.052
(-) Saldo do ativo mantido para venda em 31/10/2025	(5.348)
Perda de capital	(2.296)

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

Outorgada: Cemig Geração Leste S.A.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.